



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Planejamento e Projetos

## PROJETO BÁSICO

**Imóvel:** Serviço Aeroespacial da Coordenadoria de Recursos Especiais - SAER/CORE  
**Endereço:** Avenida Borges de Medeiros, 1444, Lagoa  
**Município:** Rio de Janeiro

**Código do Imóvel:** 09.101.255  
**Proposta:** P087/2022 – SISTEMA PLENO, e  
D0087/2022 – SISTEMA DESONERADO  
**Orçamento:** P087.001 a P087.009/22 – SISTEMA PLENO, e  
D087.001 a D087.009/22 – SISTEMA DESONERADO  
**Orçamentista:** JOSE EDUARDO SIMÕES BARBOSA - ID 4.421.470-7

**Natureza dos Serviços:** DEMOLIÇÃO DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO COM HANGAR

### 1. INTRODUÇÃO :

O presente Projeto Básico tem por objetivo estabelecer o escopo, as diretrizes, as especificações técnicas e os padrões exigidos para a contratação a ser realizada pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP, para a execução de demolição do prédio administrativo e construção de um novo com Hangar no **Serviço Aeroespacial da Coordenadoria de Recursos Especiais**, localizado na Avenida Borges de Medeiros, 1444, Lagoa, Rio de Janeiro.

#### 1.1 REGIME DE CONTRATAÇÃO :

Será adotado o **Regime de Contratação Semi-integrada**, compatível com o grau de detalhamento de elementos necessários a execução do objeto, condicionando o pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados.

#### 1.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O Critério de Julgamento das propostas a ser adotado é o de menor preço, pois proporciona o menor dispêndio para o Cliente, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade e segurança, bem como os prazos definidos neste Projeto.

## 2. OBJETO:

O objeto do presente Projeto Básico é a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para a execução de de demolição do prédio administrativo e construção de um novo com Hangar do **Serviço Aeroespacial da Coordenadoria de Recursos Especiais**, atendendo as Normas Técnicas vigentes.

## 3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:

A proposta para o novo Hangar SAER-CORE Lagoa consiste na construção de uma edificação com 2 pavimentos, visando melhorar as instalações do Serviço Aeropolicial da Coordenadoria de Recursos Especiais e abrigar as duas aeronaves adquiridas pelo ERJ.

Tal proposta consiste em um Pavimento Térreo composto por Hangar para duas aeronaves (pé direito duplo), Salas de Coordenação, Chefia, Administração, Pilotos, Recepção, Auditório, Manutenção, Sanitários Masculino, Feminino e PCD, Copa, Salas Técnicas, Almoxarifados, Academia e Escada de acesso ao 1º Pavimento.

O 1º Pavimento possui Alojamento dos Pilotos e outro da Tripulação, Sanitário e Vestiário, Guarda de Equipamentos, Cautela de Armamento, Área de Convívio, Varanda, DML e Sala Técnica.

Além da edificação a pista de pouso receberá nova pavimentação em asfalto e recapeamento de áreas que se encontram degradadas.

## 4. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO:

O ERJ adquiriu recentemente aeronaves que precisam ser abrigadas adequadamente, quando não estiverem em uso, para evitar que se danifiquem com as intempéries. Para isso foi necessário a construção de Hangar para abrigá-las e com ele toda estrutura de salas para os funcionários envolvidos nessa operação. Apesar de já existir uma edificação, a mesma não dispõe de espaço suficiente para comportar todas as necessidades atuais da Corporação, sem contar que as suas instalações estão precárias, necessitando de obras.

## 5. ESCOPO DOS SERVIÇOS:

Estão descritos nos orçamentos P087/2022 – Sistema Pleno e D087/2022 – Sistema Desonerado, nos projetos e nos relatórios o Escopo dos Serviços. Segue abaixo a descrição dos serviços que envolvem a construção em questão:

### ARQUITETURA

A edificação será em alvenaria de blocos de cimento nas paredes externas e na parte interna suas divisórias serão em bloco cerâmico.

Quanto aos revestimentos de parede, na parte externa foi proposto ACM na cor prata escovada, e na interna em sua maior parte será em pintura com tinta acrílica. Nos Sanitários, Vestiários, Copa e Academia foram usados revestimentos cerâmicos.

Os pisos em sua maior parte serão em Granitina, com exceção dos Banheiros, Vestiários, Copa, Área de Convívio que foram revestidos em Cerâmica. No Hangar será utilizado cimentado impermeável com 3cm de espessura para evitar que os óleos provenientes das aeronaves penetrem indevidamente no solo.

A Escada será em granito preto e a Academia em piso de borracha sintética preta.

O teto em quase a sua totalidade receberá forro removível composto de gesso acartonado.

Rodapés, Soleiras e Peitoris serão em Granito Cinza Andorinha.

Importante ressaltar que a atual sede do SAER-CORE será demolida para abrigar a nova, assim como a pista de pouso e acesso ao Hangar.

## **INSTALAÇÕES:**

### **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

- Serão instalados novos quadros elétricos destinados a atender distribuição de luz e tomadas de uso geral, tomadas estabilizadas, circuitos de emergência, ar condicionado e bombas. Conforme o Projeto de Instalações Elétricas;
- Serão instaladas luminárias para a iluminação externa e do heliponto. Conforme o Projeto de Instalações Elétricas;
- Será instalada uma subestação simplificada de 300KVA com caixa blindada CSMD para medição e proteção para 600A. Conforme o Projeto de Instalações Elétricas;
- Será instalado um grupo gerador de 260KVA completo com USCA. Conforme o Projeto de Instalações Elétricas;
- Serão instaladas tomadas estabilizadas para computadores, bem como, o equipamento estabilizador com transformador de 20KVA e um nobreak de 3kVA. Conforme o Projeto de Instalações Elétricas;
- Serão instaladas tomadas de força para alimentação de motores, máquinas de solda e de uso geral. Conforme o Projeto de Instalações Elétricas;
- Serão instalados cabos alimentadores de diversas bitolas, bem como eletrocalhas e eletrodutos com condutes. Conforme o Projeto de Instalações Elétricas;
- Serão instaladas luminárias LED com lâmpadas tubulares 2x09W, 2x18W e 4x18W e tipo plafon 2x12W. Conforme o Projeto de Instalações Elétricas;
- Serão instaladas luminárias de emergência com bloco autônomo 2 x 7W, com 60 LEDs. Conforme o Projeto de Instalações Elétricas;
- Serão executadas novas instalações de sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) com uso de cabos sólidos de cobre eletrolítico nu, tempera mole, classe II, nas seções circulares de 16 mm<sup>2</sup>, 35 mm<sup>2</sup> e 50 mm<sup>2</sup> e hastes de aterramento de cobre de 5/8", com 3,00 m de comprimento;

### **INSTALAÇÕES DE TELEFONIA, LÓGICA E CFTV**

- Serão instalados pontos de telefonia, lógica e sistema de cftv. Conforme Projeto de Instalações Telemáticas.

### **INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO**

- Serão instalados pontos de Ar Condicionado tipo SPLIT, conforme Projeto de Instalações Telemáticas.

## INSTALAÇÕES DE HIDROSSANITÁRIO

- Serão instalados pontos de chuveiro, vaso sanitário com ducha higiênica, mictório, bebedouros, assim como os ralos. Conforme Projeto de Instalações Hidráulicas.

### ESTRUTURA:

A estrutura da edificação será executada em Concreto Armado convencional, com  $f_{ck} = 30 \text{ Mpa}$  e aço CA-50, assente em estacas pré-fabricadas centrifugadas com 260mm e 330mm de diâmetro, conforme projeto básico fornecido (relação abaixo), seguindo as prescrições da NBR-6122/2019 em vigor e particularmente seu Anexo E.

Considerando que o projeto básico estrutural e de fundações se baseou em sondagens realizadas próximas a nova construção, deverão ser executados quatro novos furos para confirmação das informações utilizadas à definição das fundações, ficando a cargo do **DEPES/EMOP** estabelecer a locação destes furos.

Na área destinada ao hangar às aeronaves, a laje nervurada da cobertura terá sua forma constituída por cubetas recuperáveis. Toda a construção deverá seguir os preceitos preconizados pela NBR-6118/2014, em vigor.

Todos os quantitativos para a execução da estrutura da nova construção foram levantados tomando por base o projeto básico estrutural.

### 5.1. PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA – DEPPRO

Prancha 01/02 – Planta de Situação/Implantação (*index 26044879*)

Prancha 02/02 – Planta Baixa Cobertura, Planta Baixa Térreo e 1º Pavimento, Cortes e Fachadas (*index 26045442*)

### 5.2. PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE INSTALAÇÕES (DEPINS)

#### Elétrica:

Prancha 01/05 – Planta Baixa – Luminárias e Tomadas (*index 24003684*)

Prancha 02/05 – Planta Baixa – Luminárias e Tomadas (*index 24003760*)

Prancha 03/05 – Planta Baixa – Eletrocalha e Perfilado (*index 24003426*)

Prancha 04/05 – Planta Baixa – Eletrocalha e Perfilado (*index 24003479*)

Prancha 05/05 – Planta de Situação – Alimentadores (*index 24004058*)

#### Hidrossanitários:

Prancha 01/01 – Planta Baixa Térreo e 1º Pav. – Pontos Hidrossanitários (*index 24004823*)

#### Climatização:

Prancha 01/04 – Planta Baixa – Ar Condicionado Cobertura (*index 24010868*)

Prancha 02/04 – Planta Baixa – Ar Condicionado Térreo (*index 24010991*)

Prancha 03/04 – Planta Baixa – Ar Condicionado 1º Pavimento (*index 24011657*)

Prancha 04/04 – Ponto de Força – Ar Condicionado Cobertura (*index 24011737*)

#### **CFTV:**

Prancha 01/02 – Planta Baixa – CFTV – Térreo (*index 24003092*)

Prancha 02/02 – Planta Baixa – CFTV – 1º Pavimento (*index 24003188*)

#### **Telemática:**

Prancha 01/02 – Planta Baixa – Telemática – Térreo (*index 24012193*)

Prancha 02/02 – Planta Baixa – Telemática – 1º Pavimento (*index 24014196*)

### **5.3. PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA (DEPES)**

#### **Relação de Desenhos (*index 26014370*)**

DES 01 - Forma e Locação das fundações

DES 02 - Forma do Piso Armado

DES 03 - Forma do Teto

DES 04 - Forma da Cobertura

DES 05 - Forma e Armação do Apoio das Caixas D'Água

DES 06 - Cortes

DES 07 - Arm. dos Blocos 1ª parte

DES 08 - Arm. dos Blocos 2ª parte

DES 09 - Arm. dos Blocos 3ª parte

DES 10 - Arm. dos Blocos 4ª parte

DES 11 - Arm. das Cintas 1ª parte

DES 12 - Arm. das Cintas 2ª parte

DES 13 - Arm. das Cintas 3ª parte

DES 14 - Arm. das Cintas 4ª parte

DES 15 - Arm. das Cintas 5ª parte

DES 16 - Arm. das Cintas 6ª parte

DES 11 - Arm. das Cintas 1ª parte

DES 12 - Arm. das Cintas 2ª parte

DES 17 - Arm Neg das Lajes de Piso-Eixo X

DES 18 - Arm Neg das Lajes de Piso-Eixo Y

DES 19 - Arm Pos das Lajes de Piso-Eixo X  
DES 20 - Arm Pos das Lajes de Piso-Eixo Y  
DES 21 - Arm das Vigas do Teto 1ªParte  
DES 22 - Arm das Vigas do Teto 2ªParte  
DES 23 - Arm das Vigas do Teto 3ªParte  
DES 21 - Arm das Vigas do Teto 4ªParte  
DES 25 - Arm dos Pilares do Teto 1ªParte  
DES 26 - Arm dos Pilares do Teto 2ªParte  
DES 27 - Arm Pos das Lajes do Teto  
DES 28 - Arm Pos das Lajes do Teto  
DES 29 - Arm das Vigas da Cobertura 1ªParte  
DES 30 - Arm das Vigas da Cobertura 2ªParte  
DES 31 - Arm das Vigas da Cobertura 3ªParte  
DES 32 - Arm das Vigas da Cobertura 4ªParte  
DES 33 - Arm das Vigas da Cobertura 5ªParte  
DES 34 - Arm das Vigas da Cobertura 6ªParte  
DES 35 - Arm dos Pilares da Cobertura  
DES 36 - Arm Pos das Lajes da cobertura-Eixo X  
DES 37 - Arm Pos das Lajes da cobertura-Eixo Y  
DES 38 - Arm Neg das Lajes da cobertura-Eixo X  
DES 39 - Arm Neg das Lajes da cobertura-Eixo Y  
DES 40 - Forma e Armação da escada

## 6. SERVIÇOS PRELIMINARES:

A obra deverá ser sinalizada com a placa de identificação de obra pública, onde a mesma deverá ser fornecida com suportes de madeira e posicionada para identificação da obra em execução.

As Leis, Normas, Atos e demais documentos a seguir relacionados deverão ser rigorosamente observados, sem prejuízo de outros ordenamentos da legislação nacional.

- Lei Federal Nº13.303/16 de 30 de junho de 2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Decreto Nº46.188 de 06 de dezembro de 2017 - Regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP, de 02 de outubro de 2018.
- Decreto Nº46.642 de 17 de abril de 2019 - Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

### Observações:

A medição dos itens constantes nos orçamentos P087.009/22 e D087.009/22 (Encargos Complementares), referindo-se, respectivamente aos sistemas pleno e desonerado, deverá ter seus quantitativos determinados após apropriação e comprovação da mão de obra empregada na execução dos serviços.

O item de “Administração local” previsto no código 01.090.0587-6 do orçamento P087.001/22 (Sistema Pleno) e no código 01.090.0587-G do orçamento D087.001/22 (sistema desonerado) será pago com a quantidade que expressar o percentual mensal de serviços executados, que poderá ser consultado no orçamento nº 4069.001/21 (sistema pleno) e orçamento nº 3069.001/21 (sistema desonerado).

Os Projetos Executivos previstos no orçamento P087.002/22 (Sistema Pleno) e D087.002/22 (Sistema desonerado) deverão ser elaborados pela firma contratada para execução da obra, de acordo com as concepções adotadas no Projeto Básico e submetidos a aprovação da Coordenadoria de Projetos-EMOP/COOPRO e obtenção do Licenciamento dos Órgãos competentes na esfera Municipal, Estadual e Federal.

Caso houver necessidade de alterar a concepção do Projeto Básico, em função das condições locais, somente poderá ser validada após análise da justificativa técnica e autorização expressa do **Presidente da EMOP**, conforme Portaria **EMOP/PRESI** Nº 44/2013.

Os Projetos Executivos deverão ser apresentados com desenhos em formato A1 ou A1 estendido (mais um módulo) plotados e em meio digital (PDF), constando de todos os detalhes necessários à execução da obra.

A execução da obra deverá atender os **Pareceres Técnicos nº 57/2022/COTEC IPHAN-RJ/IPHAN-RJ (index 29433401)** e **nº 277/2022/COTEC IPHAN-RJ/IPHAN-RJ (index 29433601)** do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

## 7. CRONOGRAMA PRAZO DE EXECUÇÃO:

Os serviços constantes do presente Projeto Básico deverão ser executados no prazo de 270 dias a partir da emissão do respectivo Memorando de Início, respeitando-se o cronograma físico-financeiro.

## 8. MÊS DE REFERÊNCIA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

A Planilha Orçamentária a que se refere o presente Projeto Básico tem como data base o mês de Maio de 2022.

## 9. REAJUSTAMENTO:

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data base da assinatura do Contrato, poderá a Contratada fazer jus a atualização (reajustamento) dos serviços ainda não pagos.

Essa atualização será realizada através do índice geral da construção civil, código 05.100 constante no Boletim Mensal de Custos da EMOP, de acordo com a fórmula a seguir:

$$PR = ( I / I_o ) \times P_o$$

Onde:

**PR** = Preço Unitário após o reajustamento estabelecido.

**I<sub>o</sub>** = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da Construção Civil) relativo ao mês da apresentação da proposta da contratada.

**I** = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (Índice Geral da Construção Civil) relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a data da assinatura do contrato.

**Po** = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela firma Licitante.

**Observação:**

A prorrogação de prazos a pedido da CONTRATADA, e sem culpa ou responsabilidade por parte da CONTRATANTE, não enseja reajuste ou correção.

**10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:**

A medição será executada mensalmente, após a aferição da realização das etapas e serviços.

O Cronograma de desembolso e os prazos de execução serão estabelecidos no instrumento contratual.

Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada, em conformidade com o presente Projeto Básico.

A Contratante só deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela Contratada com base nos serviços aprovados pela Equipe de Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no presente Projeto Básico.

Os pagamentos das faturas estão condicionados à análise e aprovação pela Fiscalização dos produtos apresentados.

**11. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:**

Cabe ao proponente estabelecer o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos para a obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo.

O percentual de BDI apresentado pelos licitantes devem apresentar 2 (duas) casas decimais, tendo em vista uma desejável precisão dos preços oferecidos.

**12. FISCALIZAÇÃO:**

A Fiscalização deverá tomar as providências para que a CONTRATADA cumpra todas as suas obrigações.

No Livro de Ordem de Obras e Serviços, fornecido pela contratada, e mantido no local dos serviços, a Fiscalização deverá anotar:

1. O atestado da veracidade dos registros efetuados pela CONTRATADA;
2. O juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
3. As observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA;
4. As respostas às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
5. As restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
6. A determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
7. Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização;
8. Ao final da obra, o Livro de Ordem de Obras e Serviços referido será de propriedade do CONTRATANTE.



A fiscalização deverá executar mensalmente a medição dos serviços, baseada no relatório apresentado pela CONTRATADA.

### **13. GARANTIA:**

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, na data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5,00% (cinco por cento), a ser prestada em qualquer das modalidades previstas no artigo 70 da Lei Nº13.303/2016.

### **14. SUBCONTRATAÇÃO:**

É permitida a subcontratação de serviços especiais. ( Projeto executivo, execução de estaca pré moldada, execução de pavimentação em concreto asfáltico com polímero)

### **15. ADMISSÃO DE CONSÓRCIO:**

Considerando a natureza dos serviços que não apresenta complexidade, fica VEDADA a admissão de consórcio.

### **16. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:**

A CONTRATADA deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) de ter realizado:

- Construção de edificação com as características semelhantes ao objeto da licitação, com área de construção mínima de 680,00m<sup>2</sup>
- Execução de pavimentação em concreto asfáltico com polímero, com as características semelhantes ao objeto da licitação, com área mínima de 1.200,00m<sup>2</sup>

As quantidades acima constituem-se limites mínimos, correspondentes a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica ou economicamente relevantes, em conformidade com o previsto no Item II do Art. 58 da Lei 13.303/2006 e em alinhamento com o Acórdão 1771/2007 do TCU.

### **17. QUADRO DE INSTALAÇÕES/APARELHAMENTO/PESSOAL TÉCNICO:**

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos, para execução dos serviços especificados, estendidas também a atividades complementares, não indicadas neste PROJETO BÁSICO e que poderão ser autorizadas pela FISCALIZAÇÃO.

As obras objeto deste PROJETO BÁSICO serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica de um (01) Engenheiro(a) ou Arquiteto(a), que estará à frente, primando pela qualidade e a boa técnica dos serviços, estando autorizado(a) a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE.

A CONTRATADA se obriga a manter o profissional acima indicado como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras até o seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

### **18. SUSTENTABILIDADE NA FORMA DO DECRETO ESTADUAL Nº 43.629/2012:**

A título exemplificativo, o decreto em comento arrola os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental os quais recomenda a sua implementação para cumprimento das boas práticas:

- (i) economia no consumo de água e energia;
- (ii) minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem produzidos;
- (iii) racionalização no uso de matérias-primas;
- (iv) redução da emissão de poluentes;
- (v) adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- (vi) implementação de medidas para reduzir os gases estufa;
- (vii) utilização de produtos de baixa toxicidade;
- (viii) utilização de produtos com a origem ambiental sustentável comprovada.

Vale frisar que uma contratação sustentável não pode, ao revés, se afastar dos critérios objetivos na descrição do objeto licitado e de julgamento, a fim de não violar a isonomia entre os licitantes e a competitividade.

### **18.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL:**

A CONTRATADA deverá providenciar o licenciamento ambiental, caso necessário.

### **19. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I. realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;
- II. fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a gestão e a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas:
  - 1. O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, após parecer circunstanciado de comissão ou de membro designado pelo CONTRATANTE, com a aprovação, pelo Fiscal e pelos Gestor do contrato, dos desenhos as built, que deverão ser entregues em original, no formato e apresentação definidos pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para este.
  - 2. O objeto do presente contrato será recebido definitivamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, após parecer circunstanciado da Comissão depois de decorrido o prazo de observação e de vistoria que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais.
- V. Informar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- VI. Fornecer à CONTRATADA as recomendações e/ou instruções a serem seguidas durante a prestação dos serviços;

- VII. Permitir a entrada dos funcionários da empresa CONTRATADA, devidamente identificados, para realizar os serviços contratados.

## **20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. Conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- II. Atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- III. Executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- IV. manter durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- V. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- VI. Se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- VII. Iniciar e concluir a obra nos prazos estipulados; prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- VIII. Atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE; manter preposto no local da obra, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
- IX. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras, até a sua entrega perfeitamente concluída;
- X. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;
- XI. Responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;
- XII. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, quando houver, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE;
- XIII. Responsabilizar-se durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços ou em decorrência deles;
- XIV. Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02/12/2004 e a NBR 9050;
- XV. Manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras;

- XVI. Não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra; na forma do disposto no Decreto Estadual n.º 40.647 de 08/03/2007,
- XVII. Proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, sendo o cumprimento desta obrigação condição para a liberação dos pagamentos;
- XVIII. Obriga-se a fornecer e instalar, no local de obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela fiscalização, devendo, no canteiro de obras, prever sala para acomodação da fiscalização do CONTRATANTE,
- XIX. Obriga-se a apresentar no final da obra a CND do INSS relativo à obra;
- XX. Obriga-se a apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:
  - 1. está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
  - 2. anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à obra; e
  - 3. encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos;
- XXI. Registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do CONTRATANTE, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função;
- XXII. Registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RJ ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU/RJ, na forma da legislação pertinente, onde se observe a marcação do campo “declaro o cumprimento das normas da ABNT referentes à acessibilidade em atendimento ao parágrafo 1º do art.11 do Decreto nº 5.296/2004”, constante do formulário disponibilizado pelo CREA-RJ;
- XXIII. Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/1991; em consonância com a Lei Estadual nº 7.258/2016
- XXIV. Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública; caso a contratada ainda não tenha o Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantá-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753, de 17/10/2017.
- XXV. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos. A CONTRATADA deverá providenciar “Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil”, de acordo com o estabelecido na Resolução Nº307, de 05 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.
- XXVI. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas que se fizerem necessárias para que a consecução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
- XXVII. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas cabíveis para a correção dos danos que eventualmente vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO;
- XVIII. A CONTRATADA deverá adotar as ações, como boas práticas na prestação de serviços, a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias, e também nas atividades empresariais, nos seguintes termos:
  - 1. Otimização de recursos materiais;
  - 2. Redução do desperdício de materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;

3. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias, incluindo coleta seletiva.
  4. Observar o cumprimento das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil;
- XXIX. A CONTRATADA deverá providenciar, quando for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos as ligações provisórias ou definitivas, e quaisquer outras medidas que se tornarem indispensáveis à execução do serviço e de sua entrega em definitivo;
- XXX. A CONTRATADA deverá apresentar guia de recolhimento, devidamente quitada, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CREA; ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CAU, dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO;
- XXXI. A CONTRATADA deverá providenciar relatório onde especifique, dimensione e situe cada serviço, com localização clara dos itens através de croquis e registro fotográfico do local, com fotos da configuração e características das edificações, equipamentos e instalações objeto do presente PROJETO BÁSICO, **antes, durante, e após a execução** (mostrando as transformações ocasionadas) dos serviços contratados, para cadastramento e efetivação das medições;
- XXXII. A CONTRATADA fornecerá e manterá, no local dos serviços, um Livro de Ordem de Obras e Serviços que será preferencialmente eletrônico e estará vinculado à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme instituído pela Resolução CONFEA nº 1.094/2017. No Livro de Ordem, ou documento equivalente, serão obrigatoriamente registrados, pela CONTRATADA:
1. dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva ART;
  2. as datas de início e de previsão da conclusão da obra ou serviço;
  3. as datas de início e de conclusão de cada etapa programada;
  4. os relatos de visitas do responsável técnico;
  5. o atual estágio de desenvolvimento do empreendimento no dia de cada visita técnica;
  6. orientação de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações;
  7. acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos;
  8. nomes de empresas e prestadores de serviço contratados ou subcontratados, caracterizando seus encargos e as atividades, com as datas de início e conclusão, e números das ARTs respectivas; quando não há restrição no presente PROJETO BÁSICO.
- XXIII. Na execução dos diversos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO, a CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, o disposto nas Normas Técnicas reguladoras, estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e Norma Brasileira - NBR, específicas para cada natureza e tipo de serviço.

## 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

1. advertência;
2. multa administrativa;
3. suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida, deverá ser considerado para a sua fixação.

A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

A advertência e a multa, previstas em 1 e 2 acima, serão impostas pelo Diretor da área, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista no item 3, acima, serão impostos pelo Diretor Presidente, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

Com referência a valores e forma de aplicação, serão pormenorizados em contrato,

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

## 22. MATRIZ DE RISCO:

A Matriz de Risco do contrato originado do presente Projeto Básico deverá obedecer ao seguinte critério:

<b>Categoria de Risco</b>	<b>Descrição do Evento Causador do Risco</b>	<b>Consequência na Execução do Objeto</b>	<b>Medidas para Tratamento do Risco</b>	<b>Responsável pelo Tratamento do Risco</b>
Operacional	Eventos naturais e outros, não controláveis ou imprevisíveis, que possam comprometer a execução dos serviços.	Aumento de custo e/ou atraso na execução do objeto.	Propor ações para lidar com as consequências desses eventos. Comunicar a SEPOL caso existam impactos no prazo e/ou custo.	EMOP e CONTRATADA
Operacional	Comunicação deficiente entre as partes	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP, SEPOL e CONTRATADA
Operacional	Ambiente de trabalho inseguro, propiciando a ocorrência de acidentes.	Atraso na execução do objeto.	Adotar as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato.	EMOP e CONTRATADA
Técnico	Falta ou atraso na mobilização de recursos humanos e/ou materiais por parte da contratada.	Atraso na execução do objeto.	Monitorar o avanço físico da obra. Sinalizar desvios e propor medidas corretivas tempestivamente.	EMOP e CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Falta de descentralização de crédito prevista no Termo de cooperação Técnica.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Oficializar o SEPOL da necessidade urgente da descentralização de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP e SEPOL

<b>Categoria de Risco</b>	<b>Descrição do Evento Causador do Risco</b>	<b>Consequência na Execução do Objeto</b>	<b>Medidas para Tratamento do Risco</b>	<b>Responsável pelo Tratamento do Risco</b>
Tempo e Qualidade	Atraso ou falta de pagamento das faturas/notas fiscais de responsabilidade do SEPOL.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Oficializar o SEPOL a necessidade urgente de pagamento das faturas/notas fiscais de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP e SEPOL
Tempo e Qualidade	Acidente de trabalho	Atraso na execução dos serviços	Treinamento da M.O., Utilização de EPI, Organização do canteiro de obras	CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Fatos retardadores ou que impedem a execução do Contrato próprios de riscos ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento Empresarial.	CONTRATADA

*NOTA: A definição do escopo, das especificações e quantitativos do presente Projeto Básico é de responsabilidade dos profissionais que elaboraram os documentos inseridos no Processo: **Relatórios, memoriais descritivos, projetos e orçamentos.***



Documento assinado eletronicamente por **Kiara Cristina Cosme, Gerente**, em 15/08/2022, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marllon da Silva Nogueira, Gerente**, em 15/08/2022, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **37801301** e o código CRC **2755EB1C**.